

OS KAINGANG DE CHAPECÓ (SC) E O GENOCÍDIO HISTÓRICO DE SUA CULTURA

Maria Fernanda Ghisi¹, Bruno Vettori Peressoni², Junior Ianoski³, Linka Sofia⁴,
Ma. Emy Francielli Lunardi⁵

¹Instituto Federal de Santa Catarina/Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio/Campus Chapecó/
maria.fg21@aluno.ifsc.edu.br

^{2,3,4}Instituto Federal de Santa Catarina/Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio/Campus
Chapecó/ brunovettori.ifsc@gmail.com; juniorianoski@gmail.com; linkasofialunkes@gmail.com

⁵Instituto Federal de Santa Catarina/Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio/Campus Chapecó/
emy.lunardi@ifsc.edu.br

Resumo: O presente artigo visa apresentar os processos históricos de desapropriação, cultural e territorial, genocídio, etnocídio e aculturação sofridos pelos povos nativos do Oeste Catarinense, especialmente os de etnia Kaingang, em contato com a sociedade não-indígena e seus impactos atuais na manutenção da cultura e autonomia destes povos. Tem por objetivos específicos conhecer aspectos sociais e culturais das comunidades Kaingang, através de estudos sobre suas tradições e mitos sociocosmológicos associados com sua organização espacial e social; relacionar os processos de colonização do Oeste de Santa Catarina e de aculturação e perda de autonomia a que foram submetidos os grupos indígenas da região e também compreender suas lutas pela reconquista de suas terras e autonomia e pela manutenção de suas culturas, nas quais a educação diferenciada, específica e bilingue assume papel essencial. Trata também do processo de conquista da cidadania com a criação da Aldeia Kondá, localizada no interior do município de Chapecó (SC), que, por muitos anos, viveram totalmente à margem da sociedade, tendo todos os seus direitos negados. Para tal, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentais, de buscas na internet; debates sobre o tema realizados nas unidades curriculares e no projeto de extensão “Círculo de Debates sobre a questão indígena no Oeste de Santa Catarina”; e visitas à Aldeia Kondá; buscando, sempre, compreender a comunidade indígena estudada e os processos de perda e reconquista territorial e cultural.

Palavras-Chave: Povos Kaingang. Colonização do Oeste catarinense. Aculturação. Manutenção cultural indígena.

1 INTRODUÇÃO

Na região Oeste de Santa Catarina frequentemente ressurgem os conflitos entre agricultores e indígenas pela posse da terra. Essas lutas, algumas vezes resultam em confrontos diretos e judiciais que se arrastam durante anos, e, quase sempre, reforçam o preconceito existente contra os povos nativos. Com o objetivo de compreender essas disputas por terras e em vista da importância da agricultura e da agroindústria para a economia regional, desenvolveu-se o presente artigo, relacionado às discussões realizadas em duas unidades curriculares do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio: História e Oficina de Integração. O interesse do grupo por esse tema relevante e atual decorreu de uma visita técnica à Aldeia Kondá no dia 14/04, onde a comunidade expôs sua cultura por meio de apresentações, danças, comidas típicas e trabalhos escolares realizados pelos alunos da escola indígena Sape Ty Kó.

Nesse sentido, visando um estudo mais específico e profundo e considerando a proximidade física com o câmpus Chapecó do Instituto Federal de Santa Catarina, definiu-se como objeto de pesquisa a comunidade da Aldeia Kondá, de etnia Kaingang,

situada no bairro Água Amarela, interior do município. Para compreender sua constituição e as disputas subjacentes por terras, buscou-se conhecer alguns aspectos culturais e sociais dos povos Kaingang; relacionar os processos de colonização da região e de aculturação e perda de autonomia sofrido por eles e também entender a luta pela reconquista de suas terras e pela manutenção cultural e identitária, na qual a educação bilíngue assume papel essencial.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada define-se como qualitativa, pois visa o aprofundamento da compreensão acerca da comunidade indígena estudada, das formas de sua constituição e dos processos que explicam a perda e a reconquista territorial e cultural. Além disso, é exploratória pois tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com a problemática.

Para realizá-la, o grupo utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentais, bem como de buscas na internet; das aulas e debates sobre o tema nas unidades curriculares de Oficina de Integração e de História; dos encontros extraclasse e de orientação com a professora-orientadora, bem como das discussões realizadas no projeto de extensão: “Círculo de Debates sobre a questão indígena no Oeste de Santa Catarina”. Além disso, a Aldeia Kondá foi visitada algumas vezes no decorrer da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O histórico do contato entre os povos indígenas e não-indígenas na América reflete a imposição da vontade dos europeus sobre os nativos, que foram explorados, expulsos de suas terras e, em grande escala, exterminados. Após esse genocídio físico e cultural, os povos indígenas se veem, hoje, à margem da sociedade, com poucas terras e direitos, inserindo-se como os mais explorados e desvalorizados no mercado de trabalho. Nesse sentido, as lutas destes povos se referem a muito mais que a recuperação de suas terras: eles batalham pela preservação de sua integridade e de sua cultura.

3.1 A ocupação territorial e a aculturação

O primeiro contato dos Kaingang do Oeste catarinense com os não-indígenas se deu entre dezembro de 1771 e janeiro de 1772, durante uma expedição, de

reconhecimento dos campos a serem conquistados, sob a liderança de Afonso Botelho Sampaio e Souza. Na sequência, realizaram-se outras dez expedições, totalizando sete anos de tentativas, inicialmente pacíficas e posteriormente agressivas, que não obtiveram o resultado esperado pelos colonizadores.

O processo de interiorização efetivo do povoamento teve início em 1808, através da Carta Régia de 05 de novembro, na qual o Príncipe Regente determinava guerra contra os povos indígenas habitantes dos Campos de Guarapuava e, posteriormente, de Palmas (SABBI, 2014, p.12). Nesse processo, não foram poucos os caciques que foram contratados pelo governo para auxiliar no aldeamento dos indígenas, na construção de estradas, linhas telegráficas e fortalezas militares, e na proteção das fazendas e vilas. Estes ficaram conhecidos como “índios mansos”, já aldeados e “civilizados”, ou seja, aculturados pelo contato com os não-indígenas.

A “contratação” dos “índios mansos” consistia em uma eficiente técnica de “pacificação” dos “índios brabos”, ou seja, os que resistiam. No Oeste catarinense, um importante cacique a exercer esse papel foi Vitorino Kondá¹. Antes de aliar-se ao governo, Kondá liderou ataques às comitivas dos não-indígenas, como a de Pedro Siqueira Côrtes, por volta de 1839 (NÖTZOLD, 2003, p.74). Sua relação com o governo era puramente financeira: em troca de pagamento e cargos militares, Kondá e seus subordinados dispunham-se a “amansar” os indígenas revoltosos e confiná-los em aldeias. Assim, garantiam a liberação de terras para povoamento e aumento da mão de obra indígena auxiliar na abertura de estradas. Essa política de aldeamento, no entanto, foi considerada um fracasso, pois os povos Kaingang apresentavam grande resistência.

Os Kaingang só passaram a ser conquistados em maior número quando as frentes de ocupação invadiram os Campos de Guarapuava (atualmente no Paraná), em 1910, e os Campos de Palmas (que compreendia todo o Oeste catarinense), em 1939 (BRIGHENTI, 2012, p.14). Nesse aspecto, é importante notar que, para os Kaingang, a terra não se divide politicamente como para os não-indígenas, de forma que os conflitos ocorridos ao norte (Guarapuava) afetavam todo o território Kaingang. A ocupação desses territórios era necessária aos colonizadores por conta da instalação de novas fazendas e também para abrir uma estrada alternativa para as tropas de gado do Rio Grande do Sul que eram levadas a Sorocaba (NÖTZOLD, 2003, p.72). Além disso, constituía-se como

¹ Sua figura é controversa, sendo apontado ora como herói, ora como traidor pelos historiadores. Ambas as percepções sobre o cacique servem para deslegitimar as lutas dos povos Kaingang pelos seus territórios e sua autonomia e para reafirmar os estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas. Apesar disso, os indígenas Kaingang o reconhecem, como pode-se perceber na escolha do seu nome para a aldeia Kondá.

uma estratégia de manutenção das fronteiras do Brasil, por se tratar de uma área reivindicada pela Argentina desde a Guerra do Paraguai (BRIGHENTI, 2012, p.14). Outra medida com a finalidade de evitar as invasões do país vizinho e de assessorar a população local foi a instalação, em 1882, no atual município de Xanxerê, da Colônia Militar Xaçecó, sob o comando de José Bernardino Bormann. No entanto, teve por principal intuito aldear os indígenas dos arredores, a fim de liberar as terras por eles ocupadas para o loteamento. Para Nötzold (2003, p.72), essa ocupação foi

Uma ocupação imposta aos indígenas visando além do total controle sobre o grupo, a liberação de áreas para exploração econômica, exploração essa que aconteceu de diversas formas, a princípio com a exploração madeireira e dos ervais, e a partir de 1850, com a Lei de Terras, a especulação imobiliária sobre terras sagradas e ancestrais.

Em 1910, criou-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) teoricamente destinado à proteção dos povos indígenas e à garantia de seu direito de professar suas próprias crenças e viver seguindo suas culturas e formas de vida tradicional. A criação do SPI, no entanto, teve por intuito mais plausível justificar, perante a comunidade internacional, o grande genocídio dos nativos brasileiros (NÖTZOLD, 2003, p.88), uma vez que as ações divergiam do discurso. A instituição realizava, na prática, um serviço de controle dos grupos indígenas, a fim de reduzi-los aos aldeamentos, liberar mais terras aos colonizadores e supervisionar os índios já aldeados. Segundo Nötzold (2003, p.89), o SPI ingressou no território do Oeste catarinense, em 1941, criando o Posto Indígena Xaçecó, em uma época de grande valorização da madeira. Dessa forma, o PI se voltou à extração madeireira, sob a desculpa de utilizar a matéria-prima para a construção de casas para os indígenas locais. Apesar de terem sido extraídos cerca de 150 mil pinheiros, até hoje não há casas de madeira suficientes no PI. Esta exploração desenfreada resultou na total devastação da área e, por conta disto, atualmente, os Kaingang dispõem de matérias-primas para a produção de seus artesanatos e práticas de medicina tradicional.

A política de aldeamento gerou o fim da autonomia e da identidade dos povos indígenas, desapropriando-os de suas terras, saberes, memórias, tradições medicinais e línguas e modificando seus conceitos de religião, política e sociedade, transformando-os em dependentes da “civilização”. Vale destacar que os colonizadores – em geral agricultores descendentes de famílias italianas e alemãs provindos do Rio Grande do Sul –, com sua visão de progresso voltada ao lucro econômico, viam a natureza como um “obstáculo” para o desenvolvimento que teria de ser dominado, aproveitado economicamente ou destruído. Como os indígenas não apresentavam tal característica, pois respeitavam e viviam em harmonia com o mato e os animais, foram considerados pelos colonizadores como “selvagens” dignos da mesma ação de domínio e extermínio.

3.2 Os resgates culturais Kaingang

Os Kaingang habitam a região compreendida pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo há, pelo menos, doze mil anos. Constituem uma população de aproximadamente 33 mil indígenas, dos quais 6.543 encontram-se em Santa Catarina, distribuídos em cinco Terras Indígenas e uma Reserva – a Aldeia Kondá. Essa aldeia, no interior do município de Chapecó, situa-se em uma área não caracterizada como tradicional que foi adquirida pelo governo para assentar a população Kaingang que vivia precariamente nos bairros da cidade (BRIGHENTI, 2012, p.12).

Essas famílias, desapossadas pelas companhias colonizadoras ao longo do século XX, haviam sido transferidas para terras indígenas próximas, especialmente para a TI de Nonoai. No entanto, adaptar-se às políticas de uma aldeia externa é um processo de grande dificuldade, por isso boa parte deles retornaram e se instalaram em barracos de lona no perímetro urbano de Chapecó, principalmente no bairro Palmital. Sua presença no centro da cidade causou grande desconforto e insatisfação na população e na imprensa local, que viam a situação como perigosa e como uma condição de vergonha para a cidade. Devido às fortes pressões feitas ao governo e aos órgãos indigenistas, de um lado pela população chapecoense e pela imprensa, e de outro, pelos indígenas, que lutavam por seus direitos, em 1990, criou-se a Aldeia Kondá.

Neste local, as famílias Kaingang retomaram aos poucos alguns de seus costumes tradicionais, como a divisão social em metades sociocsmológicas e exogâmicas: Kamé e Kairu. Cada metade constitui uma família estendida, é representada por um símbolo – sendo Kamé “risquinho” e Kairu, “bolinha” (observe-se a figura 1) – e lhes compete o papel de se complementarem além de vários regramentos.

Figura 1 - Pinturas corporais evidenciando a divisão entre metades.



Fonte: Ana Carolina Caridá

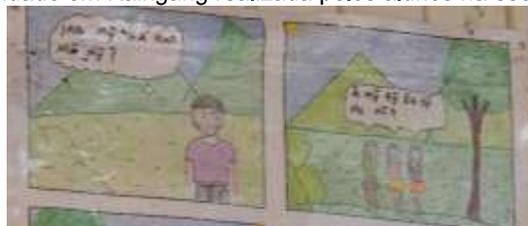
A cultura Kaingang é matrilocal, isto é, depois do casamento, o noivo passava a habitar a casa e a integrar o grupo familiar da noiva, e patrilinear, de forma que os filhos do casal recebiam a metade do pai, bem como um “nome do mato”, ou nome indígena, pertencente à família deste, que era escolhido pelos avós. Os nomes indígenas há muito foram perdidos e, atualmente, é comum que os pais batizem seus filhos apenas em

português. No entanto, em algumas aldeias, as escolas indígenas escolhem para a criança um nome do mato, a fim de garantir a manutenção da cultura Kaingang.

A língua Kaingang deriva do tronco linguístico Macro-Jê e é símbolo da resistência e identidade desse povo, pois constitui um dos traços culturais mais fortes por meio do qual os nomes indígenas, os mitos, costumes e lendas são mantidos, passados de geração para geração (PIOVEZANA, 2010, p.118). Por muito tempo, os indígenas foram proibidos de falar sua língua materna sob ameaça dos colonizadores, o que a pôs em grave risco de extinção. Hoje, a língua Kaingang tem sido recuperada pois as crianças aprendem o idioma materno no seio de suas famílias e tem seus primeiros contatos com a língua portuguesa apenas quando iniciadas no ensino formal. A aldeia Kondá, localizada no município de Chapecó, é símbolo dessa manutenção pois 100% das crianças falam Kaingang e, no geral, só aprendem o português quando entram na escola.

Percebe-se que o povo Kaingang tem valorizado mais o uso da língua materna como um elemento importante, politicamente, para afirmar sua identidade e a legitimidade de suas lutas pela terra (TOMMASINO e FERNANDES, 2001). As escolas indígenas das comunidades também desempenham um papel fundamental nesse processo de reestruturação da língua Kaingang, tendo em vista a valorização do idioma através da formação de professores e a transformação do ensino das escolas indígenas em bilíngue, conforme pode ser observado na figura 2.

Figura 2 – Atividade em Kaingang realizada pelos alunos na escola Sape Ty Kó.



Fonte: Bruno Vettori

A educação escolar indígena específica, diferenciada e bilíngue vem sendo articulada desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988. No entanto, sua prática é recente e ainda não unânime dentro das aldeias. As escolas indígenas buscam, essencialmente, o reconhecimento do uso das línguas maternas e dos métodos próprios de aprendizagem da comunidade e a formação e envolvimento de lideranças, professores e intelectuais indígenas no desenvolver do processo pedagógico (MEDEIROS, 2012, p.2).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estima-se que 90% da população Kaingang tenha sido exterminada entre 1905 e 1921, segundo o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Tal extermínio, mais que físico,

provocou um enorme genocídio da cultura e autonomia dos povos atingidos pelo contato com os não-indígenas. Além disso, o pouco espaço dentro das aldeias, a ausência de matérias-primas para a produção de seus artesanatos e para as práticas de medicina tradicional, bem como a necessidade dos indígenas integrarem-se no sistema capitalista brasileiro para que possam sobreviver impedem a conquista da autonomia desses povos, tornando bastante difícil a manutenção dos seus hábitos tradicionais e de suas culturas. Essa situação foi construída historicamente ao longo do processo de colonização da região Oeste catarinense, no decorrer dos séculos XVIII a XX, levando às perdas territoriais e culturais dos povos Kaingang. Por conta disto, se veem, hoje, à margem da sociedade, inseridos como os mais explorados no mercado de trabalho, normalmente em agroindústrias da região, e muito dependentes das necessidades da economia regional, nacional e internacional. Apesar disso, a organização e as lutas indígenas, as mudanças na legislação e a educação escolar bilingue possibilitam uma lenta retomada de sua língua e de alguns dos aspectos tradicionais de sua cultura.

REFERÊNCIAS

a) Livros:

BRIGHENTI, C. A. **Povos indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2012.

NÖTTZOLD, A. L. V. (org.). **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

b) Trabalhos apresentados em congressos (Anais, Resumos, Proceedings, CDRom):

MEDEIROS, J. S. Educação escolar indígena específica e diferenciada: O estudo da língua Kaingang e do artesanato na escola. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul, RS. **Anais**. Caxias do Sul: UCS, 2012. p. 1-16.

c) Dissertações e teses,

PIOVEZANA L. **Território Kaingang na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL: Territorialidades em confronto**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS.

SABBI, V. A. **Os Kaingang e o processo de colonização no Oeste Catarinense: uma análise do presente sob a perspectiva histórica**. 2014, 47 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Informática) – Instituto Federal de Santa Catarina, Chapecó, SC.

c) WWW (World Wide Web) e FTP (File Transfer Protocol),

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO ÍNDIA VANUÍRE. **Os Kaingang**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 2013. Disponível em: <http://www.museuindiavanuire.org.br/india-vanuire/os-kaingang> Acesso em: 15 jun. 2016.

TOMMASINO, K., FERNANDES, R. C. **Kaingang**. 2001. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang> Acesso em: 15 jun. 2016.